

CIÊNCIA E FAVELA

SCIENCE AND FAVELA

Marcelo Baumann Burgos

Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Maria Alice Rezende de Carvalho

Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), professora do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e coordenadora do Núcleo de Estudos e Projeto da Cidade (CENTRAL).

 10.17771/PUCRio.DDCIS.55987

RESUMO

Sem desconhecer a persistência das formas mais remotas de articulação entre intelectuais e favelas no Rio de Janeiro, este artigo trata do modo de articulação que tem predominado na cidade desde a década de 1980, com a redemocratização do país, e principalmente agora, sob a reconfiguração dos movimentos de favela e a democratização do acesso às universidades públicas. Seu principal argumento é o de que a pandemia do coronavírus acelerou um processo de inflexão quanto ao lugar ocupado pela universidade na produção de conhecimento, fazendo com que ela se tornasse, de centro dessa produção, parte de redes sociotécnicas que geram conhecimento científico em estreita articulação com organizações coletivas das favelas. Para melhor caracterizar o ponto, o artigo faz menção a um caso específico envolvendo a articulação de uma rede em torno do plano de enfrentamento da Covid-19 nas favelas.

Palavras-chave: ciência; favela; universidade; rede sociotécnica; democracia.

ABSTRACT

Without ignoring the persistence of the most remote forms of articulation between intellectuals and favelas in Rio de Janeiro, this article deals with the type of articulation that has predominated in the city since the 1980s, with the country's redemocratization, and especially nowadays, under reconfiguration of favela movements and the entrance democratization to public universities. The main argument is that the Covid-19 pandemic accelerated a process of inflection regarding the place occupied by the university in the production of knowledge, making it become, at the center of that production, part of socio-technical networks that generate scientific knowledge in close articulation with favela collectives' organizations. To better characterize the point, the article mentions a specific case involving the articulation of a network around Covid's coping plan in the favelas.

Keywords: science; favela; university; socio-technical networks; democracy.

Introdução

A pandemia de Covid-19 descortinou um fenômeno urbano que, se não é novo, ainda não estava completamente visível em sua escala real: a extensão de redes sociotécnicas articulando movimentos sociais; intelectuais; personalidades públicas; núcleos universitários de pesquisa e, cada vez mais frequentemente, um novo tipo de intelectual, representado por jovens universitários oriundos ou moradores de favelas, muitas vezes mestres e doutores, que atuam como mediadores qualificados entre a ciência e aqueles territórios. Tal fenômeno não é exclusivamente carioca, estando presente em diversas outras grandes cidades brasileiras, como São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Fortaleza. Contudo, por razões históricas e políticas, é no Rio de Janeiro que tem apresentado sua manifestação mais robusta.

É verdade que essa configuração não é súbita, conhecendo, na verdade, uma trajetória razoavelmente longa, na qual se impuseram dois formatos mais evidentes de articulação entre intelectuais e favelas: (a) no primeiro, intelectuais e artistas avulsos reconhecem ideologicamente a potência dos territórios populares e trabalham pela ampliação da noção de cidade; (b) o segundo formato, que não cancela o primeiro, tem suas raízes em processos políticos relacionados à redemocratização do país, a partir dos anos 1980, e conecta intelectuais coletivos, organizados em torno de núcleos de pesquisa de departamentos universitários, que atuam no desenho de políticas aplicadas à cidade. É o caso, por exemplo, de departamentos de engenharia, arquitetura e urbanismo que, em convênio com agências governamentais, formulam e avaliam políticas urbanas; ou o de pesquisadores da área de proteção e assistência social, que hoje, mais do que nunca, estão envolvidos com a agenda da saúde coletiva; ou ainda o de núcleos de pesquisa que integram o grande campo de estudos sociais sobre violência.

Este artigo, sem desconhecer a persistência das formas mais remotas de articulação entre intelectuais e favelas no Rio de Janeiro – o item (a) do parágrafo anterior – irá se deter no formato que tem predominado desde a redemocratização do país, e principalmente agora, com a reconfiguração dos movimentos de favela e a ampliação do acesso às universidades públicas. O principal argumento apresentado neste texto é o de que a pandemia acelerou um processo de inflexão quanto ao lugar central ocupado pela universidade na produção de conhecimento, tornando-se parte de redes sociotécnicas que geram conhecimento científico em estreita articulação com organizações coletivas das favelas. Fruto desse processo, o edital da Fiocruz, “Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais de Enfrentamento à Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro”, reúne evidências importantes dessa nova forma de produção de conhecimento, e será apresentado adiante.

Por fim, se é verdadeira a hipótese deste artigo, e se, de fato, está em curso uma inflexão no modo de produção do conhecimento científico, a consequência política que se extrai dela é que o sistema nacional de ciência, reconhecendo as mudanças estruturais nesse campo, deverá absorver essa nova forma de organização da ciência, dotando-a de recursos materiais e humanos para que grandes pesquisas, de natureza estruturante, venham a ser realizadas por esse dispositivo.

Antecedentes

A história do Rio de Janeiro não pode ser contada sem que se leve em conta os vínculos entre publicistas, acadêmicos, cientistas com as favelas, em momentos decisivos da modernização brasileira. Essa articulação remete ao início do século XX, mas é no trânsito da década de 1950 para a de 1960 que um movimento intelectual, composto por artistas, jornalistas e músicos, passou a ver a cidade a partir de baixo, dos valores populares, da cultura do samba e do carnaval, da estética da favela (JACQUES, 2001). Tal perspectiva mobilizou artistas de diferentes gerações, gêneros e inscrições sociais, como, por exemplo, Vinicius de Moraes (1913-1980) e Nara Leão (1942-1989) – ele, que escreveu, em 1956, a peça *O Orfeu da Conceição*, transpondo o mito grego de Orfeu para a favela carioca, e fez encená-la durante três dias no Teatro Municipal, com cenários de Oscar Niemeyer, e um elenco composto por 36 atores negros do Teatro Experimental do Negro, de Abdias Nascimento; ela, Nara Leão, que rompeu com a bossa-nova e trouxe para seu repertório o que então era chamado de samba de morro.

Também Hélio Oiticica (1937-1980), arquiteto e artista, embora não tenha sido o personagem mais visível da “ida ao povo” naqueles anos de 1960, tem sua importância reconhecida, pois não apenas inscreveu a ordem da favela – ou sua aparente desordem –, como impôs um Rio de Janeiro negro, popular e favelado ao debate sobre o urbanismo moderno, que tinha como principal expoente Le Corbusier, antagonista visceral da chamada cidade não projetada, labiríntica, “natural”, como queria Oiticica (JACQUES, 2001). Na verdade, reunir aliados em torno dessa perspectiva, extrapolando, inclusive, os limites nacionais, poderia ter ressignificado a favela e indicado o caminho para uma cidade morfologicamente mista. Oiticica, contudo, era um livre atirador, não articulado com aqueles que, dentro e fora do país, se mostravam interessados no tipo de cidade de sua predileção. Seu caminho, portanto, não foi o que triunfou urbanística, social ou politicamente, mas permanece como uma potencialidade algumas vezes revolvida pela opinião pública democrática (CARVALHO, 2012).

Finalmente, o Centro Popular de Cultura (CPC), ligado à União Nacional de Estudantes (UNE) e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), é também um elo importante nesse movimento de intelectuais e artistas que se voltaram para o mundo popular. Criado durante o governo João Goulart, isto é, num contexto de mobilização política, de organização das classes trabalhadoras e do associativismo de moradores de favelas, o CPC encontrou na precariedade habitacional dos pobres urbanos um mote para a luta social no Rio de Janeiro: o direito à moradia. Essa perspectiva, porém, iria se mostrar tensionada um pouco mais à frente, quando a política de remoção das favelas passou a acenar com a ideia de “casa própria” em substituição à insegurança constitutiva dos antigos barracos. Contra o remocionismo então praticado pelo governo, se uniram artistas, intelectuais, políticos, lideranças associativas, sindicalistas, jornalistas e pesquisadores universitários, que enxergariam nas favelas não somente a vida popular e suas lutas, mas também o *front* avançado da resistência à ditadura. De qualquer modo, a partir daí, a favela se tornou um tema de visita obrigatória àqueles que se referem ao Rio de Janeiro (BURGOS, 2017), ou seja, se tornou uma “caixa-preta”, nos termos de Bruno Latour (1987) e Cunha e Melo (1992).

Em resumo, a universidade chegou à favela, inicialmente, por seus estudantes, tanto aqueles que, antes do golpe militar, participaram do movimento de valorização da cultura

de rua, antielitista, cujo centro irradiador era o grupo cepecista da UNE; quanto os que, no período de endurecimento da ditadura (1969-1976), viveram sua clandestinidade em subúrbios e favelas, onde, ao lado dos trabalhos político-organizativos a que se dedicaram, performaram uma microssociologia urbana em ato (ASCELRAD, 2015). Pesquisadores e núcleos universitários cariocas que se dedicaram de maneira mais orgânica à temática das favelas entraram em cena um pouco depois, apenas ao final dos anos 1970, coincidindo com a primeira eleição direta para governador (1981) e com a convocação da Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1982), quando as cidades brasileiras e as carências das populações urbanas invadiram a pauta política nacional (CARVALHO, 2016).

É certo que alguns cientistas sociais já pesquisavam as condições de vida urbana desde os anos 1960, e que a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) desempenhou papel muito importante na formação desses pesquisadores e na sua solidarização com a esfera popular – do que são exemplos dois alunos, do então Departamento de Sociologia e Política, que viriam a se tornar grandes expoentes do estudo sobre as favelas cariocas: Lícia do Prado Valladares e Luís Antônio Machado da Silva. Contudo, o regime militar e a desorganização das unidades de ensino superior, algumas delas sob intervenção federal, retardaram formas mais sistemáticas de enfrentamento da questão da reprodução social do trabalho, referida, principalmente, à moradia das classes trabalhadoras.

Lícia Valladares, no livro *Passa-se uma casa* (1978), e mais ainda em *A invenção da favela* (2005), recompõe os passos da construção intelectual de geógrafos, demógrafos e cientistas sociais no tratamento do tema. Mas foi na década de 1980, com a emergência política e analítica dos chamados movimentos sociais urbanos, que a agenda das ciências sociais consagrou a favela como lugar da pobreza, da exclusão social e, ao mesmo tempo, da organização da luta popular. Aliás, “Movimentos Sociais Urbanos” foi o nome que, naquele contexto, batizou um prestigioso grupo de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), composto por dezenas de pesquisadores de todo o país, e coordenado, durante vários anos, por Luiz Antônio Machado, no qual a dimensão fenomenológica da favela e a dimensão política da luta pela democracia ensaiaram passos de aproximação e afastamento. Esse aspecto foi destacado numa avaliação sobre aqueles trabalhos, produzida por Luiz Antônio Machado e Ana Clara Torres Ribeiro (1985) – *Paradigma e movimento social: por onde andam nossas ideias?* –, em que os autores afirmam que, nas pesquisas que se faziam sobre movimentos sociais, o paradigma dominante era o que os tomava como atuações populares e independentes do Estado, autônomos e alternativos à vida institucional, o que eclipsava a análise de outras dimensões da vida em favelas e de outras formas de interlocução com a esfera estatal que não fossem o conflito ou a cooptação (FREIRE; ROCHA, 2016).

Assim, levando em consideração os antecedentes até aqui expostos, é razoável sugerir que, embora a relação entre universidade e favela seja uma realidade em várias cidades brasileiras, há aspectos específicos do Rio de Janeiro que justificam a precedência e a intensidade dessa relação no contexto carioca. Em primeiro lugar, merece destaque a história intelectual da antiga capital da república, que associou fortemente membros da alta burocracia estatal, e mesmo da elite econômica, à produção cultural das camadas populares – sobretudo a produção artística e musical. Arnaldo Guinle (1884-1963), um dos homens mais ricos do Rio de Janeiro, patrocinou o grupo musical Oito Batutas, composto



por Pixinguinha e outros celebrados músicos dos anos 1910, para se apresentarem em Paris, quando o jazz aportava por lá; e, como já mencionado, Vinícius de Moraes, diplomata de carreira, “abriu” a cidade a artistas e intelectuais negros, nos anos 1950-1960. Tais referências podem parecer frágeis para sustentar o argumento da precocidade com que a universidade no Rio de Janeiro se encontrou com as favelas. Porém, à época, o racismo e o patrimonialismo brasileiros se viram desafiados pela certificação que parcelas da elite estacionadas na capital federal forneceram à atividade intelectual e artística de negros pobres – fato que parece ter pavimentado um caminho de sutil aproximação entre favelas e universidade, que não se verificou tão precocemente em cidades dominadas por elites agrárias ou mesmo pelas classes industriais (CARVALHO, 2004).

Em segundo lugar, o município do Rio de Janeiro reúne, ainda hoje, um conjunto de institutos de pesquisa, alguns deles oriundos do Império, como o Jardim Botânico, os departamentos de pesquisa de empresas estatais, além de um grande número de universidades públicas e privadas. O funcionamento desse parque científico – fruto, em larga medida, da experiência de capitalidade do Rio – ajudou a perceber que a pesquisa tem valor não apenas por seus resultados, mas também pelos processos sociais que desencadeia – o principal deles a aproximação entre diferentes atores, seus respectivos interesses e representações acerca do mundo. Assim, ao lado dos pesquisadores diretamente envolvidos na consecução de um projeto, há uma rede bastante densa de participantes indiretos que dão sustentação ao trabalho: captadores de recursos, financiadores, gestores, divulgadores do processo, destinatários da pesquisa, além de uma rede de assistentes, técnicos, trabalhadores de apoio nos laboratórios etc. – atores que pertencem a diferentes segmentos da sociedade e transformam a ciência em uma linguagem comum e pública, a partir de disputas e alianças quanto à noção de bem, de útil etc. Por isso, independentemente do conteúdo da investigação, os procedimentos em que a pesquisa científica incorre inscrevem efeitos no mundo, sobretudo em se tratando de pesquisas sociais, que incluem a participação de indivíduos ou grupos pesquisados. Em outras palavras, a pesquisa é uma linguagem que alinha, em rede, todos os envolvidos em um problema, e a densidade dessa rede tende a ser maior em cidades onde a universidade não é a única fonte de produção de conhecimento, alcançando empresas e seus laboratórios, institutos de pesquisa, organizações não governamentais e outras agências de intervenção social, além de variadas instâncias que, afinal, articulam modos de interação a partir do conhecimento (BLOOR, 1979; CARVALHO, 2007).

Por fim, uma terceira conjectura sobre a rápida extensão de redes sociotécnicas em favelas do Rio de Janeiro pode ser encontrada na natureza propriamente política, de luta pela democracia, presente já na primeira geração dos movimentos sociais que tiveram curso ali – o que remete à história da cidade como centro de irradiação política do país, mas também, e principalmente, à reflexividade que a universidade imprimiu naquelas mobilizações sociais, desde a década de 1970. No Rio de Janeiro, como se disse, Machado da Silva e Torres Ribeiro, ao produzirem uma sociografia exploratória da produção acadêmica sobre os movimentos sociais desfechados pelos pobres urbanos, e criticarem o predomínio analítico do paradigma do conflito com o Estado, atuaram como mediadores entre academia e favela, ajudando a organizar a agenda da sociedade civil para a conquista de bens de cidadania. A percepção de que o Estado democrático de direito era decisivo para a consecução de políticas sociais foi, talvez, o aspecto crucial para a ampliação do escopo



desses movimentos e para a compreensão do papel desempenhado pelo conhecimento, pela ciência social, na organização dos movimentos associativos. Essa é uma hipótese que merece ser explorada mais cautelosamente, mas que, de certa maneira, aponta para a compreensão que lideranças de algumas associações de favelas tiveram, muito precocemente, da relevância da universidade como agência aliada das lutas populares (CARVALHO, 2020).

Rede sociotécnica e construção de problemas públicos

No Rio de Janeiro, favela e ciência social, ou melhor, atores e processos envolvidos em cada uma dessas configurações, conheceram um enlace mais estreito nas últimas décadas, a partir do ordenamento institucional da Carta de 1988. De tal modo que, hoje, não se deve buscar efeitos dessa relação apenas no polo mais fragilizado, mais vulnerável materialmente, pois há mudanças consistentes ocorrendo também na ciência social. Assim, de acordo com a linhagem aberta por autores como Michel Callon (1995) e Bruno Latour (1987), pode-se afirmar que se está diante do fenômeno de consolidação e extensão de redes sociotécnicas caracterizadas pela “tradução negociada” de perspectivas e conhecimentos em fatos e artefatos. Tais negociações são cada vez mais complexas, na medida em que devem incorporar, igual e simultaneamente, diferentes atores coletivos do mundo da ciência e das periferias da cidade.

Nessa linhagem, a noção de tradução é especialmente importante. Nos termos de Callon (1995), ela sugere que o processo de construção de redes de produção de conhecimento supõe negociações entre atores em torno de suas identidades, suas possibilidades de interação e suas margens de manobra. Cientistas, nesse caso, para falar pela sociedade (e não sobre ela), teriam que demonstrar habilidades de tradutores, em um “teatro de provas” que incluiria desde artigos científicos a testes públicos do êxito de determinada técnica ou artefato. Como bem demonstra Latour (1984), foi essa a estratégia de Pasteur para sustentar a eficácia da vacina contra o Antraz, iniciando, pelo campo da veterinária, seu percurso de tradução da “natureza” diante da sociedade, e de tradução de interesses sociais diante de artefatos conquistados junto à natureza.

A essa concepção de rede sociotécnica se pode associar uma outra, que trata da construção dos problemas públicos, no sentido sustentado por Cefaï (2013). Enquanto Callon e Latour partem de uma socioantropologia da ciência para chegar à noção de rede, a qual tem que lidar, necessariamente, com grupos sociais, identidades e movimentos sociais, Cefaï (2013) propõe um caminho inverso, que parte da tradição da pesquisa sobre movimentos sociais, mas que chega também, ainda que de outro modo, à noção de rede. Para esse autor, a construção de um problema público demanda um processo de articulação entre diferentes atores, incluindo, em geral, a sociedade civil em seu conjunto, a mídia, os diferentes segmentos do poder público e o saber especializado da universidade.

Um problema público é aquele pelo qual a maioria dos atores tem que “passar” para realizar seus interesses (na gramática própria à socioantropologia da ciência usa-se a expressão *ponto de passagem obrigatório*). A violência no Rio de Janeiro, por exemplo, se tornou um problema público quando sua solução deixou de interessar apenas às vítimas



preferenciais – em geral, jovens pobres, moradores de favelas e loteamentos irregulares –, e começou a interessar também a outros segmentos da população, notadamente os mais atingidos pelo rápido esvaziamento econômico do município.

Portanto, a constituição de um problema público depende da máxima exposição de determinado aspecto da realidade, e da formação de um público informado e capaz de organizar sua opinião. Trata-se, pois, de uma elaboração que depende de vida associativa, cooperação e comunicação entre diferentes atores que se reconhecem na identificação de uma pauta a ser privilegiada. Quanto mais diversos forem os atores envolvidos, mais público se torna o problema. Aqui, a participação da universidade produzindo conhecimento especializado; da mídia, ecoando opiniões e debates; e de ativistas mobilizados reflexivamente impulsionam a constituição de problemas públicos em arenas povoadas por atores com diferentes tipos de experimentação do tópico em tela. Somente quando se observa a condensação de representações diversas em uma representação comum, capaz de funcionar como ponto de mediação das diferentes maneiras de vivenciar aquela questão, se está diante de um problema público.

Ganha sentido, portanto, a ideia de rede como forma deliberada de articulação entre variados atores, incluindo movimentos sociais, grupos de pesquisa, indivíduos e meios de comunicação. Construir problemas públicos passa a ser, portanto, o horizonte de grupos que disputam espaço na arena pública para afirmar sua agenda. Dessa perspectiva, se pode dizer que a agenda pública é estabelecida segundo critérios de importância definidos pela maior ou menor força da rede de atores mobilizada em cada caso.

Quando Latour (1984) fala em “pasteurização da sociedade francesa” está, na verdade, se referindo à conformação de uma rede que interliga o laboratório de Pasteur com diversos segmentos, que vão desde os profissionais de saúde e de veterinária, passando pelas autoridades públicas e pela população como um todo, que se vê submetida à presença de novos “atores”, os micróbios, revelados pelo cientista. Ou seja, a partir da ciência, e de seus laboratórios, estendem-se redes que traduzem interesses de diferentes segmentos, confirmando a validade de determinada verdade científica e/ou de determinado artefato científico. De fato, da perspectiva de Cefaï (2013), se estaria diante de um novo problema público – o da importância de se passar a considerar as externalidades produzidas por precárias condições sanitárias e por hábitos não educados de higiene. E mais: sua perspectiva nos obrigaria a considerar que a análise de Latour, ainda que baseada na premissa da tradução, não valoriza o papel dos sujeitos sociais na mesma medida que realça o protagonismo da ciência e de suas instituições. Afinal, como lidar com um cenário no qual atores sociais, que não os da ciência, se tornam, de modo reflexivo, construtores de redes sociotécnicas?

A abordagem que parte da tradição de estudo dos movimentos sociais permite que se enxergue outra trama, na qual a relação da sociedade com os espaços da ciência – e mais especificamente dos centros universitários de pesquisa – acontece de modo mais complexo. Atores coletivos aprenderam a utilizar com eficiência a universidade na construção de novas representações sobre si e sobre a sociedade, e articulam sua luta por direitos com aquelas pesquisas. Por exemplo, questões de fronteira no debate político, que sejam de interesse do movimento negro, feminista ou LGBT na sua luta por direitos, envolvem, além de manifestações na rua e outras estratégias de comunicação e ação, pesquisas científicas no campo da antropologia, da genética, da neurociência, do direito etc.

O laboratório latourniano, nesse sentido, perde a centralidade a ele atribuída no livro de Latour e Woolgar (1997), uma vez que a ciência se torna, a um só tempo, mais relevante e mais ordinária, pois foi impactada por dois processos complementares: (a) o da democratização do acesso às universidades, que torna os cursos superiores, as pós-graduações e os núcleos universitários de pesquisa mais diversos, e as ciências, mais conflituosas; e (b) o da ruptura das fronteiras institucionais decorrentes das novas formas de comunicação.

Não é o caso de explorar toda essa interessante agenda de pesquisa relacionada às transformações que estão tensionando a relação da ciência com a sociedade. Mencioná-las, contudo, permite expor mais claramente a hipótese que norteia este texto e que consiste em atribuir à pandemia resultante do vírus Covid-19 – iniciada, no Brasil, em março de 2020 – o incremento de novas redes sociotécnicas em torno do problema público que é a questão sanitária e o direito à saúde em favelas e periferias das grandes cidades do país.

Pandemia e adensamento das redes sociotécnicas

Em um cenário de infecção generalizada, como o que se observa neste biênio de 2020/2021, o campo de conhecimentos e práticas designado como “saúde pública” é convocado em caráter de urgência, tornando mais visível suas debilidades e potencialidades institucionais, e iluminando, de modo dramático, a desigualdade que nos assola. E é justamente o fato de que se tenha construído um sistema envolvendo atores coletivos com uma razoável percepção de sua posição nessa rede “ciência-favela”, que torna possível imaginar que a solução desse problema de saúde coletiva não repetirá o que ocorreu em séculos anteriores, com a adoção de práticas higienistas e segregadoras dos pobres.

A hipótese deste texto, que é também uma aposta, é a de que a articulação da universidade com movimentos e ativismos sociais – que antecede a pandemia –, combinada ao uso mais intensivo das plataformas de reuniões virtuais, terá aproximado e adensado relações entre diferentes pontos das redes sociotécnicas que até então pouco se comunicavam, além de ter constituído outros nodos ainda não explorados, ampliando a imaginação pública e propiciando novos meios de produção do conhecimento.

Tal hipótese, contudo, não contém um otimismo exagerado, pois reconhece a emergência de formas renovadas de exclusão, possivelmente decorrentes das diferenças observadas no enredamento de áreas e grupos populares pelas redes sociotécnicas. No caso do Rio de Janeiro, pode-se supor que por força de sua ecologia política, e pelo modo como traficantes de drogas e grupos milicianos dominam territórios e populações, a experimentação desse novo dispositivo científico esbarrará em óbvios limites à sua generalização. Porque se há algo que a história política do Rio de Janeiro ensina é que a relação de favelas com a universidade, para que não se limite a trajetórias vitoriosas de alguns jovens pobres, deve contar com o patrimônio organizacional ali acumulado.

Esse é um aspecto ainda pouco estudado. A cultura política forjada nos anos 1980 – e que tem sido fortemente fragilizada por duas décadas de exposição da cidade à política governamental de guerra ao tráfico nas favelas – é, de fato, a principal fonte de construção de redes envolvendo a universidade no século XXI. Não por acaso, é mais potente nas instituições científicas que se criaram ou se reergueram contra a ditadura militar e nos territórios que, naquele contexto, vivenciaram o que se poderia chamar de um

florescimento cívico, como é o caso do Alemão, da Babilônia, da Cidade de Deus, de Manguinhos, da Maré, da Rocinha e do Santa Marta, entre outros. Acrescente-se a esse processo, o fortalecimento da militância negra em torno do Movimento Negro Unificado, e o trabalho de reelaboração da questão das favelas à luz da luta contra o racismo – o que representou um importante disparador de uma nova pauta de direitos, e emprestou renovada força às redes entre favelas e universidade.

Com a centralidade que a saúde assumiu no curso desta pandemia, a pauta dos direitos tende a ganhar novo sentido, incorporando temas fundamentais de uma agenda de combate às desigualdades urbanas, como são a assistência social; o fortalecimento da educação escolar; a urbanização e o saneamento; a questão do lixo; além da atenção básica à saúde. Também se poderia esperar que o tema da segurança pública fosse trazido como um direito urbano estendido aos moradores de favelas, que hoje vivem acossados pela expansão das milícias e pelas práticas governamentais de combate ao tráfico de drogas e armas, que, sobretudo no Rio de Janeiro, se enfrentam sob o signo da guerra, ceifando física e moralmente milhares de vidas. A esse respeito, acolhendo uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) proposta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu proibir operações policiais em favelas enquanto durar a pandemia, o que representa um avanço importante nessa pauta dos direitos.

A ADPF nº 635, conhecida como “ADPF das Favelas”, sugere que o efeito da pandemia em territórios historicamente vinculados por lutas urbanas – como é o caso do Rio de Janeiro – pode reavivar o capital social acumulado em algumas de suas áreas mais vulneráveis, inaugurando um novo ciclo de afirmação cívica de seus moradores. O processo de construção desse artefato jurídico ilustra a potência da rede organizada para sua elaboração, pois dele fizeram parte agências estatais como, entre outras:

- Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.
- Organizações universitárias: Rede Fluminense de Pesquisas em Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos; Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (Geni/UFF); e Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Cândido Mendes.
- Organizações ligadas à defesa dos direitos humanos: Instituto Marielle Franco; Conselho Nacional de Direitos Humanos; Conectas Direitos Humanos; e Justiça Global.
- Movimento negro: Educafro; Movimento Negro Unificado; e Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial.
- Organizações mais diretamente ligadas às favelas: Redes da Maré; Coletivo Papo Reto; Fala Akari; Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência; Mães de Manguinhos; Observatório de Favelas; e Maré Vive.

Outra experiência de articulação em rede, desta feita mais diretamente ligada à área da saúde pública, foi a elaboração do edital da Fiocruz¹ para o desenvolvimento de ações contra a Covid-19 nas favelas, com recursos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

¹ Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais de Enfrentamento à Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro.



A história desse edital é sugestiva da mutação epistemológica identificada por este artigo. Em março de 2020, logo após a primeira onda de fechamento das atividades no Rio de Janeiro, se formou uma rede de atores que envolvia pesquisadores de universidades como PUC-Rio, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); lideranças da Fiocruz; e articuladores sociais de favelas como Alemão, Cidade de Deus, Maré, Rocinha e Santa Marta. Tal rede foi favorecida pela trajetória comum de seus participantes em seminários, debates, mobilizações e audiências públicas em torno, quase sempre, da questão da violência. Mas foi também decisivo o fato de muitos dos articuladores daquelas favelas serem egressos das universidades que participavam da rede ou membros atuais do corpo discente de seus programas de pós-graduação.

O encontro desses diferentes atores seguiu a lógica da rede, em que o “CPF” conta mais do que o “CNPJ”, mas logo se converteu em um compósito institucional, na medida em que mobilizou autoridades representativas dessas universidades. Tal configuração coincide com a caracterização feita por Boltanski e Chiapello (2009) do chamado “mundo conexcionista”. Para os autores, esse mundo tanto mobiliza a lógica da rede segundo uma linguagem orientada para uma ordem anônima, de auto-organização, como para um “neopersonalismo” que valoriza os “seres humanos em busca de sentido”. Essa segunda orientação, afirmam, é a dominante no mundo conexcionista, pois nela “repousa, em grande parte, a dimensão normativa”, que remete à “importância do papel atribuído às relações frente a frente, à responsabilização, à confiança, às situações vivenciadas juntos, à palavra dada, à ajuda mútua, à cooperação” (p. 151).

No caso da rede sociotécnica formada em torno do enfrentamento da Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro estavam em jogo relações pessoais, construídas ao longo de anos de mobilização em prol da pesquisa e do ativismo referidos a questões afetas à vida popular, mas também relações institucionais, no sentido de envolverem indivíduos bem posicionados nas suas respectivas instituições – o que acabou trazendo o apoio formal das universidades. A UERJ, por exemplo, foi representada em boa parte dos encontros pela Vice-Reitoria de Extensão; a UFRJ, ora por sua Vice-Reitoria Geral, ora por sua Pró-Reitora de Extensão; e a PUC-Rio pela Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e pela Direção do Departamento de Ciências Sociais. Logo a rede se ampliou, com a chegada de entidades representativas da ciência, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), o Sindicato de Médicos e o Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde. Após inúmeras reuniões, premidas pelo sentimento de urgência, se delineou a construção do Plano de Ação para Enfrentamento da Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, que exigiu a concertação com autoridades sanitárias do estado e do município, bem como reuniões com parlamentares estaduais e municipais.

Tudo isso ocorreu num espaço de pouco mais de um mês, e no dia 1º de maio de 2020, em reunião com o presidente da ALERJ e presidentes das comissões parlamentares de saúde, direitos humanos, e ciência e tecnologia ficou decidido que a ALERJ faria uma doação de vinte milhões de reais para a implementação do plano. Inicialmente, se pensou em destinar o recurso para o município, a fim de que desse curso a ações antipandêmicas, mas, por falta de interesse da secretaria de saúde municipal, se chegou a ideia de canalizar aquele recurso para a Fiocruz, que aceitou o desafio de administrá-lo. Elaborou-se, então, um edital, voltado exclusivamente para organizações com histórico de atuação em favelas,



priorizando aquelas que, no contexto da pandemia, demonstrassem ter realizado atividades de apoio às suas populações, e valorizando a parceria que tais entidades venham a estabelecer com centros universitários de pesquisa. Durante a redação deste artigo, estavam em avaliação os 270 projetos apresentados – 190 referentes a favelas do Rio de Janeiro, e 80, a favelas de outros municípios fluminenses. A previsão é de que sejam contemplados 140 projetos.

Ainda que breve, esse relato sobre a elaboração de um edital pode chamar atenção para a eficácia das redes sociotécnicas como agências estruturantes de problemas públicos, mobilizando recursos institucionais, científicos e participativos. Destaca-se, no caso descrito, o diálogo com os legislativos municipal e estadual, que permitiu uma rápida tradução – no sentido atribuído por Callon (1995) – do constructo sociotécnico em uma linguagem política inteligível aos parlamentares.

É claro que essa experiência é singularizada pela situação de emergência produzida pela pandemia, que tornou mais rápidos processos que, de outro modo, demandariam muito tempo para se realizar. Mas é igualmente verdadeiro que o sentido de urgência foi socialmente construído, e junto com ele o sentimento de que a pandemia de Covid-19 representava uma ameaça ainda maior para as favelas. Este último ponto, vale frisar, teve que ser sustentado sem que se pudesse mobilizar evidências estatísticas mais consistentes, pois o poder público municipal não produziu, inclusive por falta de testes, esses dados. A demonstração da maior letalidade nas favelas comparativamente a outras áreas da cidade foi elaborada a partir de boletins divulgados pela Fiocruz e, mais rotineiramente, pelo Painel Covid-19 nas Favelas, criado pelo site Voz das Comunidades, um portal concebido e mantido por organizações de favelas.

Apesar desse frágil “teatro de testes”, o processo avançou velozmente porque se sustentou em uma linguagem sociotécnica, que unia o selo acadêmico e científico de instituições de ensino e pesquisa com a legitimidade da representação difusa de lideranças populares, boa parte delas com passagem também pela universidade. Além disso, o fato de o terreno de atuação da rede gravitar em torno da defesa da vida, a partir de uma abordagem sanitária, contribuiu para seu êxito. A contraprova, nesse caso, é o difícil avanço da defesa da vida quando se interpela a agenda da segurança pública; e a questão que fica é o quanto a experiência exitosa no terreno da saúde pode ser transferida para o campo da segurança pública.

Considerações finais

A história do Rio de Janeiro, por circunstâncias afetas à sua condição de capital da república por mais de cinco décadas, e de sede da experiência varguista de controle do mundo popular mediante instituições e práticas em seu local de moradia, constituiu, ao longo do tempo, uma singularidade que consiste na presença do Estado em alguns daqueles locais, na forma de equipamentos e oferta de serviços, como educação e saúde, por exemplo. As escolas, assim como os postos de saúde primária e outras instituições de assistência e proteção sociais, abriram vias de comunicação entre a esfera estatal e parcelas da população favelada, vindo a se tornar, ao longo do tempo, agências de



organização e de construção de objetivos comuns que, como se vê no presente contexto, demonstraram potência e eficácia em meio ao absenteísmo do governo federal no enfrentamento da pandemia.

Nos anos 1980, as lutas pela restauração das liberdades civis e políticas no país incendiaram a imaginação pública, levando a cidade do Rio de Janeiro a vivenciar um de seus mais fortes momentos de organização em torno de pautas democráticas e inclusivas. As favelas tinham, pois, história e densidade, participaram desse movimento e, desde então, vêm acumulando um patrimônio organizacional que, apesar de constantemente ameaçado pelo crime organizado e pelas ações governamentais de combate a ele, é, inarredavelmente, um lastro de sustentação e da atual reinvenção da vida comunitária.

Nada, porém, é mais importante para se pensar a dinâmica singularizadora do Rio de Janeiro em tempos de pandemia do que a precocidade com que a universidade tomou o partido da cidade e constituiu com ela um grande acervo de conhecimentos, uma notável reflexividade sobre a cultura popular, bem como alianças com organizações não governamentais testadas em lutas sociais de grande relevância e a incorporação de institutos de pesquisa de diferentes naturezas, conformando uma trama pública que vem sendo fortalecida nestes últimos trinta anos. A chegada em massa na universidade de jovens pobres, em boa parte negros, oriundos ou ainda residentes em favelas, coroa esse processo de atualização do papel da ciência.

Este artigo procurou discutir a face mais recente desse nexos entre ciência e favela, em que a ciência deixa de ser representada por um grupo universitário de pesquisadores que se associa a atores locais a fim de construir um objeto de interesse social, para ser, mais do que isso, o medium da comunicação entre atores diversos. Nesse sentido, não são os resultados de pesquisas o que permite a ampliação da imaginação pública sobre a cidade, mas o ato reflexivo de desenhar um saber em meio a interesses diversos, presentes em cada espaço da cidade. Em outras palavras, o que se presencia não é somente uma mudança quantitativa, um “mais trabalho” sobre os objetos que conformaram o campo da sociologia urbana, mas uma mudança qualitativa na relação entre a ciência e as favelas, em que o primeiro termo se torna agente da inclusão e sinônimo de política pública.

Em 2009, o então Ministério de Ciência e Tecnologia promoveu a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Estavam presentes, naquele contexto, o diagnóstico da imensa desigualdade social no país, do passivo ambiental brasileiro e a percepção de que a ciência e a tecnologia poderiam ser a nova fronteira da cidadania, ao favorecerem a comunicação, a interação entre diferentes atores e a construção de uma cultura participativa. Naquele patamar reflexivo, atingido há pouco mais de uma década, teria sido possível, talvez, desenhar uma política científica que estruturasse a relação entre ciência e favela. Hoje, essa relação vem sendo construída sem o concurso de uma política pública de ciência, em uma rede sociotécnica articulada para o enfrentamento da Covid-19 nas favelas. Contudo, a força da experiência aqui narrada é tanta, que encoraja a aposta numa democratização da cidade que, sem recusar o sistema político, têm na universidade aberta e inclusiva, e no patrimônio organizacional da vida popular, o eixo dinâmico dessa transformação.

Referências

- ASCELARD, H. *Sinais de fumaça – uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2015.
- BLOOR, D. *Knowledge and social imagery*. London: Routledge, 1979.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BURGOS, M. Favela como um problema público. In: FERREIRA, A. et al. (Orgs.). *O espaço e a metropolização*. Cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.
- CALLON, M. Algunos elementos para una sociología de la traducción: la domesticación de las vieiras y los pescadores de la Bahía de St. Brieuc. In: IRANZO, J. M. et al. (Eds.). *Sociología de la ciencia e la tecnología*. Madrid: C.S.I.C., 1995.
- CARVALHO, A. P. S. *Estatuto da cidade e juridificação da reforma urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2016.
- CARVALHO, M. A. R. de. Ciência, democracia e mobilidade urbana. *Política Democrática*, v. XI, p. 95-103, 2012.
- CARVALHO, M. A. R. de. O samba, a opinião e outras bossas na construção republicana do Brasil. In: CAVALCANTE, B. et al. (Orgs.). *Decantando a república*. Volume 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 37-68.
- CARVALHO, M. A. R. de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 85, p. 17-32, 2007.
- CARVALHO, M. A. R. de. Sociologia, universidade e política. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 20, p. 308-324, 2020.
- CEFAÏ, D. L'expérience des publics: institution et réflexivité. *EspacesTemps.net*, 4 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.espacestemp.net/articles/lexperience-des-publics-institution-et-reflexivite>>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- CUNHA E MELO, M. P. Ciência e vida pública. *Presença, Política e Cultura*, n. 17, p. 98-131, nov. 1991/mar. 1992.
- FREIRE, J. F.; ROCHA, L. de M. Para uma sociografia da sociologia urbana brasileira: a obra de Luiz Antônio Machado da Silva (Anexo). In: Silva, L. A. M. da. *Fazendo a cidade – trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- JACQUES, P. B. *Estética da ginga*. A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.
- LATOUR, B. *Pasteur: guerre et paix des microbes*. Paris: Anne-Marie Métailié, 1984.
- LATOUR, B. *Science in action*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.



SILVA, L. A. M. da; TORRES, A. C. R. Paradigma e movimento social: por onde andam nossas ideias? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS 8., 1985, Águas de São Pedro. *Anais...* Águas de São Pedro: 1985.

VALLADARES, L. *A invenção da favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLADARES, L. *Passa-se uma casa* – análise do programa de remoção de favelas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.